



A esperança está na luta

As perdas salariais a que foram submetidos os professores das universidades federais nos últimos anos chegam a valores insidiosos: para recompor a capacidade de comprar que os salários tinham em 1995, seria necessário reajustá-los em 129%. Paralelamente a este achatamento, sofremos na pele a redução de investimentos para as universidades, de verbas para pesquisa, a não reposição do quadro docente — esta a ponto de grande parte das disciplinas ser ministradas por professores substitutos. Em 2003, houve forte expectativa de que essas perdas seriam minoradas com a instalação da Mesa Nacional de Negociação Permanente em fevereiro. Entretanto, em vez de negociação, o que se viu foi uma série de reuniões em que o governo Lula não apresentava nenhuma proposta à pauta protocolada pelos servidores. Naquele ano, optamos por aguardar mais um pouco, apesar do mísero reajuste de 1% mais R\$ 59,87. Em 2004, o argumento da "herança maldita" não se justificava mais: o orçamento não havia sido elaborado por FHC, mas pelo atual governo. Os servidores retomaram a mobilização para reparar suas perdas. Entretanto, o próprio governo implodiu a Mesa, ao apresentar propostas diferenciadas por categoria, habilmente dividindo o movimento para enfraquecê-lo. O que assistimos agora, nessa fase de negociação específica, é a perseverança do governo em protelar a negociação. O MEC mostra-se favorável à incorporação das gratificações, mas o MPOG, dono da "chave do cofre", assume-se irredutivelmente contrário. O governo sinaliza verbalmente com a substituição da GED e GID por uma outra gratificação sem caráter produtivista, mas não mantém a palavra nas reuniões subsequentes.

As assembleias docentes, em todo o país, majoritariamente aprovaram princípios a ser respeitados nessa negociação: a paridade entre ativos e aposentados, a eliminação das distorções entre professores de 1º, 2º e 3º graus. Quando do fechamento deste editorial, aguardamos a resposta do governo. Resta manter uma forte mobilização, uma vez que somente por meio dela será possível fazer valer a vontade dos docentes.

ANDES aprova indicativo de greve para 27 de julho



Foto: Menandro Ramos

Assembleia do dia de 7/6, que aprovou alterações da pauta de reivindicações dos professores.

A farsa continua. O governo federal, até o fechamento desta edição do Informe APUB, não havia formalizado proposta de negociação com o ANDES. De um lado, o Ministério da Educação (MEC) recebe o Sindicato e se compromete a intervir junto à área econômica com a substituição da GED/GID por uma gratificação não-produtivista. De outro, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) desmarca reuniões, nega-se a formalizar proposta e apresenta tabelas com simulações da nova gratificação sem oficializá-las como propostas ou informar o montante de recursos disponíveis para o aumento da remuneração docente.

Desde o governo do ano, o governo Lula centrou esforços no esfacelamento da mobilização dos servidores federais, tentando desmobilizar a greve conjunta. Ao forjar negociações em separado, conseguiu impedir a paralisação unificada.

Seguindo deliberações de sua base,

o ANDES investiu na negociação unificada. Não concretizada a unificação, partiu para a negociação específica, mas o governo revela a

Governo não negocia e descure acordo já firmados.

face já mostrada aos demais sindicatos de servidores federais: não há disposição para negociar com os trabalhadores e os acordos fechados são desrespeitados. Basta ver

o exemplo da FASUBRA. O Setor das Federais do ANDES deliberou, em 03/07, indicativo de greve para 27/07, caso o governo mantenha a farsa da negociação e não formalize uma proposta de acordo para a categoria docente. Só a mobilização vai garantir o sucesso da Campanha salarial 2004.

NESTA EDIÇÃO

Campanha Salarial 2004
Projeto do ANDES para
Universidade
Reforma sindical e trabalhista

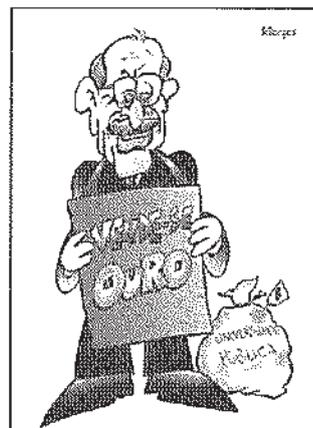
Governo promete reforma universitária para novembro

O pacote traz de cotas sociais à criação de loteria com arrecadação vinculada

O governo federal anunciou que deve encaminhar a proposta de reforma universitária em novembro ao Congresso Nacional, através do projeto da Lei Orgânica do Ensino Superior. Na prática, a realidade é bem outra: o projeto de reforma universitária já está em prática. O provão foi substituído pelo SINAES. Está em tramitação o projeto de lei das cotas, com proposta de compra de vagas nas universidades particulares para alunos do ensino médio público. Ministros especulam sobre a

cobrança de mensalidade dos atuais alunos ou imposto dos antigos, embora o MEC negue. Corre por fora, o projeto de lei da parceria público-privada, que vai escancarar o processo de privatização interna da universidade pública. Tudo isso sem a mínima discussão com a comunidade. No começo deste ano, o governo anunciou a criação de uma comissão interministerial para formatar a proposta. A representação da comunidade acadêmica – ANDES, FASUBRA e UNE

— foi excluída das discussões, à exceção da ANDIFES. O documento até agora dá conta do retorno de antigas idéias rejeitadas pela Universidade, como a criação dos centros de excelência. Para jogar com a opinião pública, o governo promete realizar audiências públicas nos estados sobre o projeto a ser encaminhado ao Congresso.



ANDES constrói proposta desde 1981

Desde 1981, quando o ANDES nem era sindicato, o Movimento Docente constrói uma proposta de universidade brasileira. O projeto, editado no Caderno 2 do ANDES, vem sendo constantemente atualizado pelos Conselhos de Seções Sindicais e Associações Docentes (CONADs) e Congressos do ANDES. A proposta do ANDES parte do pressuposto que a universidade é um patrimônio social, que se caracteriza pela "sua necessária dimensão da

universalidade na produção e transmissão da experiência cultural e científica da sociedade". Daí a ênfase no caráter público do ensino superior e na busca do Padrão Único de Qualidade. A construção desse padrão, segundo a proposta, "implica a proposição e luta por isonomia salarial carreira única e a criação de um plano nacional de capacitação para os docentes", além de exigir, "como precondição a garantia de recursos públicos suficientes para seu financiamento".



EXPEDIENTE

Boletim Informativo da APUB - Associação dos Professores Universitários da Bahia - Seção do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES
Presidência: Antônio da Silva Câmara. Vice-presidência: Ângela Maria de Carvalho Pontes. Secretária-geral: Eduardo Borges dos Reis. Diretoria Financeira: Wilma Cova. Diretoria Administrativa: Menandro Ramos. Diretoria de Relações Sindicais: Paulo Balanco. Diretoria Acadêmica: José Petronillo Cedraz. Diretoria Cultural: José Antonio Saja Neves dos Santos. Diretoria Social: Betty Mallin. Diretoria de Divulgação: Lana Bleicher. Diretoria de 1o e 2o graus: Maria Inês Marques. Diretores Suplentes: Arthur Matos Neto, Maria da Graça Druck de Faria. In Memoriam: Luis Felipe Perret Serpa. Projeto Gráfico: Menandro Ramos. Jornalista Responsável: Ivone Pinto (DRT-BA 1578). Estagiária: Daise Andrade. R. Padre Feijó, 49 - Canela, Cep. 40110-170 - Salvador - BA, Telefex: (071) 235-7433/235-7286/235-7914 apub@apub.org.br - www.apub.org.br - APUB SAÚDE: 331-4387/331-4388. Tiragem: 3.000 exemplares.

Conheça os principais pontos da proposta do ANDES:

Regime jurídico: autarquia especial que garanta

- ensino público e gratuito
- responsabilidade do Estado com o custeio total, através de dotação orçamentária global
- recursos para remuneração de pessoal, pesquisa e expansão de vagas
- autonomia nos aspectos financeiros, patrimoniais, administrativos e didático-científicos
- carreira única para docentes, plano nacional de capacitação e isonomia salarial

Autonomia universitária

- defesa do art. 207 da Constituição Federal (autonomia de aspectos financeiros, patrimoniais, administrativos e didático-científicos)
- indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão
- democracia interna nas instituições

Financiamento

- ao Estado compete financiar o ensino, a pesquisa e a extensão, com destinação mínima de 12% do orçamento para a Educação.
- gratuidade do ensino, sem cobrança de taxas ou mensalidade, mas com garantia de reais condições de estudo

Ciência e tecnologia

- desenvolvimento de projetos ligados aos interesses nacionais e à melhoria da qualidade de vida da população
- elaboração e execução de projetos de pesquisa sob a responsabilidade de organismos colegiados democraticamente constituídos a partir de diretrizes de política de pesquisa autonomamente definidas pelas instituições
- criação de mecanismos desburocratizados para a formulação, acompanhamento e avaliação dos trabalhos
- definição de políticas internas de C&T

48º CONAD indica greve para julho

O 48º Conselho Nacional das Seções Sindicais do ANDES (CONAD), realizado de 17 a 20/06 em Aracaju (SE), aprovou indicativo de greve dos docentes das instituições federais de ensino superior (IFES) para julho e fixou prazo para que o governo responda à proposta de negociação encaminhada pelo sindicato nacional. O CONAD aprovou, ainda, a intensificação do debate acerca das reformas sindical e trabalhista propostas pelo atual governo, com o objetivo de esclarecer a categoria sobre as conseqüências dessas reformas. O sindicato e Seções

Sindicais vão continuar participando de todas as manifestações e movimentos de luta unificada contra essas propostas. Os docentes deliberaram também que o ANDES deve continuar empenhado na construção de um pólo de lutas contra as reformas do governo, priorizando a unificação dos vários setores que têm um horizonte sindical autônomo, classista e combativo — Conlutas, Celutas, fóruns estaduais de lutas e outros de mesma natureza. (a partir da Assessoria do ANDES)

ANDES já tem nova Diretoria

Somente a união e a mobilização da categoria docente vão garantir o sucesso da luta do ANDES. Neste tom, a nova diretoria do ANDES, empossada no 48º CONAD, conclamou os filiados a "construir permanentemente o sindicato". "Sabemos que, na base do nosso Sindicato, há diferenças sobre diversos temas: concepção de educação pública, concepção sindical, metodologia de ação, formas de luta. Nosso compromisso é tratar as diferenças a partir do caminho mais democrático, ou seja, tendo como referência as deliberações das nossas instâncias de base. E esta é uma tarefa de todos os militantes", ressaltou a atual presidenta, Marina Pinto, em seu discurso de posse. Para a nova diretoria, que conduz o ANDES até 2006, três pontos fundamentais para o debate político-sindical: o conhecimento, o papel do Estado e a organização sindical. "Esta gestão se propõe a discutir a questão do conhecimento e do papel das ciências,

cobrando dos poderes instituídos um debate sério e propostas conseqüentes. Chega de ficarmos presos a reformas que, desde os anos 60, visam tão somente adequar a instituição universitária ao papel coadjuvante que os organismos internacionais lhe atribuem. Coloquemos o debate no patamar que se faz necessário. Nossos docentes, ao lado dos técnicos-administrativos e estudantes, são protagonistas, e devem ser, permanentemente, da transformação da universidade. Não podemos ficar reféns de reformas definidas pelos senhores do mundo e por seus aliados locais!", afirmou.

Autonomia – A Diretoria do ANDES reafirmou a autonomia do Sindicato em relação ao governo e partidos políticos, ao declarar disposição para enfrentar os desafios postos pela atual conjuntura. "Desafios que se traduzem, de um modo geral, na luta para assegurar e ampliar os

História do sindicato registrada em DVD

O 48º CONAD foi marcado pelo lançamento de novas publicações do Sindicato Nacional: os Cadernos Andes nº 20 — *Memória da Luta IV: Concepções sindicais e ramo de educação no sindicalismo atual*; a 33ª edição da revista *Universidade e Sociedade* e o DVD sobre o *Encontro Nacional de Ciência e Tecnologia na Amazônia - O papel das universidades na produção do conhecimento científico e tecnológico na Amazônia*. As três publicações podem ser

adquiridas na sede da APUB.

Revista - O tema principal do novo número da *Universidade & Sociedade* é *A contra-reforma universitária do governo Lula*. A edição traz entrevista com o Prof. Gaudêncio Frigotto, militante no campo da educação brasileira, sobre o papel do intelectual na sociedade e a política educacional brasileira nos últimos 10 anos. A história de luta do Sindicato é o tema do ensaio fotográfico deste número.



Marina Pinto, a nova presidente do ANDES, é professora da UFF

direitos dos trabalhadores contra as políticas neoliberais do governo Lula e enfrentar as diferentes reformas propostas por este mesmo governo: as reformas sindical, trabalhista em, com especial atenção, a reforma universitária.", lembrou Marina. "Temos a responsabilidade de manter firmes os princípios que orientam o nosso horizonte, e, também, temos que ter a sabedoria para ouvir os prenúncios da aurora que não tarda".

Composição – A atual diretoria do ANDES foi eleita em maio, com 11.413 votos, contra 10.537 da Chapa 2, 643 brancos e 506 nulos. Além de Marina Pinto,

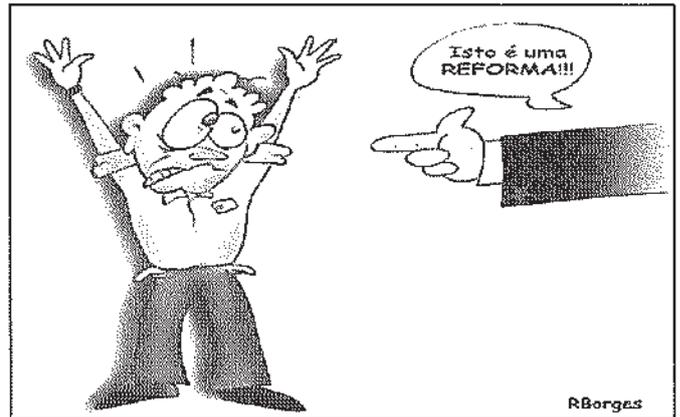
professora da Universidade Federal Fluminense, compõem a Executiva Nacional Paulo Marcos Rizzo (APUFSC), Osvaldo Coggiola (ADUSP), Maria Inês Marques (APUB e ADUCSAL), Márcio Oliveira (APES-JF), Milena Martinez (APUFPR), Céres Torres (ADUFPEL), Edmundo Dias (ADUNICAMP), Antônio Bosi (ADUNIOESTE), Zenilde de Moraes (ADUFERPE) e Edna Nascimento (ADUFFP). A Vice-Presidência Regional Nordeste III, integrada pela APUB, é composta por Zózina Almeida (ADUNEB), Terezinha Santos (ADUCSAL), Claudete Sampaio (ADUFS-SE), Jorge Nóvoa (APUB), Wânia Andrade (ADUCSAL), Joselito Almeida (ADUNEB).

Movimentos Sociais

Conlutas reúne 15 mil contra reformas

O grande projeto do governo para este ano, na destruição dos direitos públicos sociais, é a reforma universitária. Mas a agenda dos próximos anos já está programada. Primeiro vem a reforma sindical, que objetiva destruir a autonomia dos sindicatos de base e concentrar poderes na cúpula das centrais sindicais. Mais poderosas, as Centrais passam a atuar como agentes do governo na destruição dos direitos dos trabalhadores na reforma trabalhista, prevista para 2006. Em março deste ano, cerca de 1,8 mil lideranças de 279 sindicatos participaram em Luiziana (GO) de um encontro, que resultou na formação da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) para organizar a resistência contra essas reformas. Já em atividade, o CONLUTAS elaborou cartilhas, cartazes e outros materiais de divulgação, distribuídos abundantemente por todo

o país. O primeiro ato público do movimento reuniu 15 mil pessoas em Brasília, num grande protesto contra as reformas sindical e trabalhista, em 16/05. **CELUTAS** - Na Bahia, já está organizada a Coordenação Estadual de Lutas. Em 22/05, dez sindicatos se reuniram para formalizar a criação do fórum. Além da APUB, participaram UNAFISCO (auditores fiscais), ASSIBGE-BA (Servidores do IBGE), SAFITEBA (auditores fiscais do Trabalho), SINDSAD (servidores Sátiro Dias), rodoviários de Ilhéus, SINDSEBA (securitários), SINDSERME (servidores de Esplanada), SIMPA (servidores de Alagoinhas), SINDIARA (servidores de Aramaria), trabalhadores rurais de Araçás, Oposição Petroleira e SINAL. A primeira tarefa do CELUTAS foi organizar a caravana à Brasília para o ato nacional de 16/06.



O que o trabalhador pode perder

A reforma sindical apenas abre o caminho para a reforma trabalhista, pois vai permitir a "negociação por cima" (pelas Centrais Sindicais) da flexibilização dos direitos dos trabalhadores, estejam eles na Constituição Federal ou na CLT. Segundo declarações do próprio presidente Lula, tudo está "em discussão": 13º salário, férias, multa de 40% do FGTS para demissões sem justa causa, salário-maternidade, direito de greve ...

Se a reforma for aprovada como pretende o governo, os acordos coletivos serão primeiro negociados pela Central Sindical, que vai decidir que pontos poderão ser objeto de apreciação pelo sindicato de base. Além de proibir que as assembleias modifiquem os termos negociados pela Central, a reforma permite que patrões que estejam com "problemas econômicos" descumpram o acordo coletivo. Por fim, a "negociação" será obrigatória: caso o sindicato de base se recuse a negociar, o patrão poderá escolher um outro sindicato "pelego" para fazê-lo. Quanto aos servidores públicos, a proposta atual do governo diz que serão definidos critérios específicos, mas já aponta com restrição do direito de greve.

Estrutura sindical – O governo pretende "enquadrar" os sindicatos. Com a reforma sindical, dois tipos de entidades passam a conviver: os atuais sindicatos por categoria e os sindicatos criados pelas centrais sindicais. Para que os atuais sindicatos continuem a ter a representatividade de sua categoria, serão obrigados a possuir 20% da base filiada e adequar seus estatutos ao estatuto padrão que será editado pelo governo federal. Se, na base de uma categoria, os trabalhadores resolverem criar um novo sindicato, precisarão filiar 20% da base para que possam ser reconhecidos pelo governo. Ainda assim, não terão a exclusividade da representação sindical da categoria. Eles vão dividir a legitimidade com os sindicatos criados diretamente pelas centrais sindicais e confederações, que não vão precisar comprovar representatividade alguma. Segundo a proposta, a representatividade desses novos sindicatos seria "derivada" das centrais, mesmo quando as centrais não representam, de fato, os interesses dos trabalhadores.

Forró varou a madrugada

O Forró da Luta animou o arraiaí da APUB até a madrugada do dia 19/06. Trio Zinho e Cegueira de Nó deram o tom do autêntico forró nordestino, num clima de conagraçamento e diversão entre os docentes. Verdadeiro sucesso!



Previdência

STF suspende julgamento da taxaçoão dos aposentados

Advogado da APUB sustentou inconstitucionalidade no julgamento

Depois de quatro horas de intensos debates, o Supremo Tribunal Federal (STF) adiou o julgamento das ações diretas de inconstitucionalidade (ADIns) propostas contra a cobrança de contribuição previdenciária dos servidores públicos aposentados. A cobrança foi instituída pela Emenda Constitucional nº 41/03, da Reforma da Previdência e agride o direito adquirido dos atuais aposentados. As ADIns foram propostas pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) e pela Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPRP). Por enquanto, os trabalhadores estão



vencendo a votação. A relatora da matéria, ministra Ellen Gracie, e o ministro Carlos Ayres Britto votaram pela inconstitucionalidade da taxaçoão. O ministro Joaquim Barbosa votou contra e Cezar Peluzo e pediu vistas do processo, suspendendo a votação. Ainda não há data

designada para retomada do julgamento, quando os oito ministros restantes devem apresentar seus votos.

Vários sindicatos de servidores ingressaram nas ADIns como *amicus curiae*, dentre eles o ANDES, e acordaram apresentar sustentação oral no plenário através de

dois advogados. Um dos escolhidos foi Mauro Menezes, da assessoria da APUB e do ANDES, que sustentou a inexistência de causa suficiente para a instituição da contribuição. "No regime de repartição simples, por excelência, nós temos um pacto entre gerações. E é a geração em atividade que se encarrega de custear os benefícios da geração que está em inatividade. Como seria possível, sem fraturar de maneira séria o princípio da repartição simples, impor uma contribuição àqueles que já estão no gozo do benefício?", perguntou Menezes.

Procuradoria da República é contra

Não só os sindicatos de servidores defendem a inconstitucionalidade da taxaçoão dos aposentados. No parecer da Procuradoria Geral da República, o procurador Cláudio Fonteles, argumenta que a taxaçoão agride o direito adquirido e o ato jurídico perfeito. "É pacífica a doutrina hoje de que emenda à Constituição não pode ofender o direito adquirido", disse o procurador. Fonteles afirmou, ainda, que a criação de nova contribuição deve ser seguida de novo benefício que a justifique, sob pena de haver imposto cujo fato gerador seriam os proventos de aposentadoria. Ele explicou que, no regime de previdência de caráter

contributivo, deve haver necessariamente correlação entre custo e benefício, sob pena de ser violado o princípio da solidariedade. O voto da ministra relatora das ADIns concorda com a Procuradoria. Para Ellen Gracie, a taxaçoão "quebra o sinalagma da relação jurídica previdenciária, forçando aposentados e pensionistas a efetuarem verdadeira doação de parte de seus proventos em nome do princípio da solidariedade". A ministra considera que a nova contribuição acrescentaria novo ônus aos proventos e pensões, tendo a própria renda como fato gerador do imposto. Segundo ela, a EC 41/03 encontra-se eivada de inconstitucionalidade, pois permite a bitributaçoão.

UFBa descumpre liminar

O contracheque de junho chegou às mãos dos aposentados da UFBa com o desconto da contribuição previdenciária instituída pela reforma da Previdência (EC 40/03). Apesar de a APUB ter obtido liminar em mandado de segurança para impedir a cobrança, a burocracia da administração da UFBa impediu o cumprimento da ordem judicial. Intimado da decisão, o Reitor a encaminhou à Procuradoria Jurídica, que somente encaminhou a cópia da liminar à Superintendência de Pessoal quando a folha de pagamento já estava fechada, não havendo mais tempo hábil para impedir o desconto. Isto apesar da diligência intensiva da Diretoria da APUB-SSind, acompanhada de sua

assessoria jurídica. Em face dos reiterados contatos da APUB, a Reitoria da UFBa se comprometeu a devolver os valores descontados indevidamente em folha suplementar. No entanto, não informou a data do pagamento. A data será divulgada tão logo a detenha a informação oficializada, vai dar conhecimento ao juízo da 5ª Vara Federal do descumprimento da decisão, a fim de que seja garantido o cumprimento da ordem judicial.

CEFET – Os aposentados do CEFET permanecem sem decisão. O juiz responsável pelo mandado de segurança interposto pela APUB contra a administração da instituição ainda não apreciou pedido de liminar.

Governo é contra a reforma agrária, diz MST

A aliança entre as empresas multinacionais, o agronegócio e o estado brasileiro é o principal obstáculo à reforma agrária no Brasil. Esta é a avaliação de Ademir Boggo, dirigente do Movimento dos Sem-Terra (MST), que abriu as exposições do III Seminário de Política Agrária do ANDES, realizado em Salvador de 13 a 15/06, sediado pela APUB.

Para ele, o governo se coloca contra a reforma e visa beneficiar as grandes empresas. Os pequenos agricultores, que não cabem dentro desse modelo, acabam sendo os maiores prejudicados. As multinacionais e o agronegócio trazem mudanças culturais: o indivíduo do campo passa ser um objeto de exploração e mero consumidor de tecnologia. Isto porque as grandes empresas controlam desde as sementes até as

técnicas de plantação. Também são as grandes empresas as responsáveis por grande parte da devastação das matas, mas muitas vezes a pecha de devastador recai sobre o MST. Segundo Boggo, o movimento tem imensa preocupação com a marginalização, já que foram

diversas vezes acusados de desmatamento, queimadas e corrupção. "No governo FHC, fomos acusados de desvio de dinheiro, numa tentativa de incriminar e desmoralizar o movimento. E a visão do atual governo é de que o MST atrapalha o desenvolvimento do campo, espanta investidores e dificulta o agronegócio", esclarece Ademir Boggo. Militante, Boggo é autor de três livros sobre o movimento de que participa. Para ele, a exploração da agricultura voltada para a exportação, a expansão da indústria de transgênicos e

a concentração de terras aumentam ainda mais o poder das grandes empresas e dificultam o processo da reforma agrária. Ele lembra que, no Brasil, existem hoje 200 milhões de áreas sem apropriação, mas apenas 16 milhões de hectares são destinadas ao MST.

Mais problemas - Outra dificuldade enfrentada pelo MST é a própria construção orgânica do movimento, já que não encontram militantes qualificados para ir a campo e para atividades agrícolas empresariais. Boggo disse que o movimento já apresentou ao governo um projeto para a implantação de uma faculdade de agricultura, para qualificar os jovens que, sem educação e emprego, abandonam o campo em busca de um qualidade de vida melhor nas cidades. De acordo com o dirigente,

o diálogo e as negociações estão sendo difíceis, porque o governo acredita que é inútil o investimento na reforma agrária, vez que agricultura está crescendo. Sendo assim o governo aposta apenas nos grandes produtores, numa priorização que não beneficia a sociedade, e sim as grandes empresas. "Os diálogos se transformam em

promessas vazias, o governo não está dando passo algum para atender às necessidades sociais", revela.

Boggo acredita que a reforma agrária será um processo demorado e terá de ser combinado com outras formas de luta, onde haja uma integração na área do conhecimento. "A luta ideológica precisa ser feita contra a classe dominante, o agronegócio e as empresas multinacionais e o estado brasileiro não deixam a reforma acontecer", relata.

"O Estado Brasileiro não deixa a reforma acontecer"

"A reforma agrária de Lula é de mercado"

Processo atende exigências internacionais

O processo de reforma agrária no Brasil não está dissociado das demais reformas em curso, encomendadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial. Na condução do processo, o critério seguido pelo atual governo é o mesmo utilizado na reforma da previdência, trabalhista, sindical ou universitária: favorecer o capital internacional em detrimento das reais necessidades da sociedade brasileira. "Resta aos sindicatos e movimentos sociais, como o MST, organizar a resistência em defesa dos interesses do Brasil. Caso contrário, não teremos o que deixar aos nossos descendentes", alertou José Domingues Godói Filho, ao historiar o processo de implantação das reformas neoliberais nos últimos dez anos no país. Valmir Assunção, dirigente estadual do MST, denunciou

que, apesar do discurso oficial, o processo de reforma agrária está paralisado no país, embora algumas medidas governamentais, como o aumento do crédito fundiário e a criação do crédito para habitação nos assentamentos sejam considerados conquistas importantes pelo movimento. Mas "a reforma agrária que queremos e precisamos não é possível no atual governo", afirmou. Os grandes problemas, segundo ele, são o governo não enfrentar o latifúndio e priorizar o agronegócio. E fez questão de deixar clara a posição do MST: enfrentar o latifúndio, sem ser, *a priori*, contra ou a favor de qualquer governo. Assunção fez, ainda, um histórico do processo de criminalização que o Movimento sofreu no governo anterior. O sociólogo Antônio Câmara, presidente da APUB, chamou a atenção

para o fato de o MST ser, hoje, o único movimento que tem efetivamente caráter social e que a única reforma em curso capaz de trazer algum avanço na perspectiva de ruptura com o atual modelo neoliberal é a agrária. Na avaliação de Câmara, também na reforma agrária o governo Lula se configura como um terceiro mandato de FHC, aprofunda o ideário neoliberal. "A reforma agrária de Lula não é de massa, é de mercado, de compra da terra", diz. O sociólogo salienta a questão das metas oficiais. O programa de governo previa um milhão de assentamentos. Depois da posse, a meta foi baixada para 500 mil, sendo 30 mil através do crédito fundiário. Mas no ritmo em que segue, dificilmente o governo conseguirá alcançar esses números. O Superintendente do INCRA na Bahia, Marcelino Galo, limitou-se a mostrar

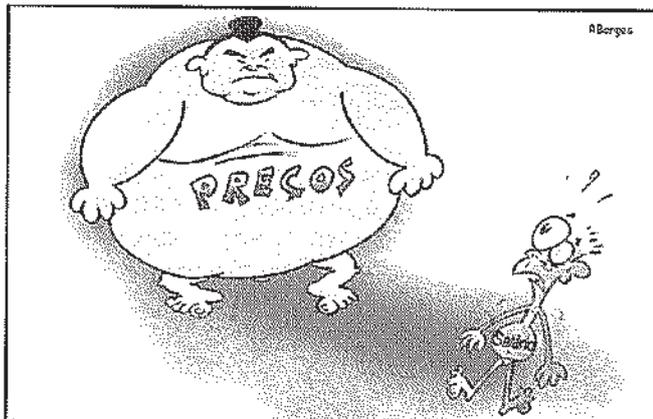
os números da reforma agrária no Estado. No entanto, provocou polêmica na platéia, ao dizer que servidores públicos do órgão "atrapalhavam" o andamento da reforma, inclusive através de sucessivas greves.

Universidade - Pelo menos três grupos de pesquisa da UFBA trabalham com o MST: o LEPEL (FACED), o GEOGRAFAR (IGEO) e o NUCLEAR (FFCH). Os três apresentaram suas experiências no Seminário do ANDES e reafirmaram a necessidade de a Universidade se integrar à questão da reforma agrária. A Faculdade de Agronomia também relatou suas experiências e informou estar criando um curso especialmente voltado para a questão do pequeno produtor, por solicitação de movimentos de trabalhadores rurais.

Campanha Salarial 2004

Aumento da GED era blefe do governo

MPOG afirma que não tinha recursos para bancar "proposta" de abril



A "proposta" do governo anunciada em abril, de reajuste da GED e GID, não passava de um blefe para desmobilizar a categoria docente e enfraquecer a luta

unificada dos servidores. Quando o movimento docente flexibilizou suas reivindicações e propôs a substituição das duas gratificações por uma nova gratificação não-

produtivista, o governo confessou que não tinha dinheiro para bancar aquela "proposta". Foi além: disse que nunca a havia formalizado, apesar de ter enviado carta aos docentes junto com o contracheque. Não passava de um "1º de abril" atrasado.

A grande maioria das assembleias dos professores em todo o Brasil rejeitaram aquela proposta. A leitura era que haveria ampliação das distorções existentes na carreira e aprofundamento da discriminação entre professores ativos e aposentados, de 1º, 2º e 3º grau.

Os docentes, no entanto, não se limitaram a recusar a "proposta" de abril. As assembleias construíram uma proposta alternativa,

que flexibilizava a pauta de reivindicações inicial. A GED/GID seria extinta e, em seu lugar, seria criada uma nova gratificação não-produtivista e isonômica. Em vez da incorporação imediata, seria acordado um calendário para a incorporação gradual da GED/GID e da GAE.

Disparidade – Dentre os critérios para a nova gratificação, o ANDES exigia que o seu valor não representasse ganho remuneratório inferior ao da "proposta" de abril. Caso fosse implantada, aquela proposta implicaria R\$ 419 milhões. Em reunião do ANDES com o MPOG (01/07), o governo admitiu que não dispunha daquela valor mas de pouco mais da metade: R\$ 231 milhões.

Professores cobram posição do presidente

Na visita relâmpago que fez a Salvador (07/06), o presidente Lula recebeu uma carta da Assembléia Geral da APUB (AG). Uma comissão de docentes criada pela AG conseguiu furar o esquema de segurança na Assembléia Legislativa e entregar nas mãos de Lula documento que exige a abertura imediata de negociação com o ANDES, "visando à recuperação das perdas salariais, a incorporação das gratificações que e o fim das gratificações produtivistas". O documento diz ao presidente que os professores da UFBA e do CEFET ainda estão "estupefatos com os encaminhamentos de seu governo, que tem desprezado os servidores públicos federais, haja vista a reforma da

previdência e a posição inflexível de não negociar a reposição das perdas salariais dos últimos anos, insistindo na famigerada política de instituir gratificações". Por fim, a carta exige "a suspensão de todos os projetos que ora tramitam no Congresso visando a Reforma Universitária, implementada de cima para baixo e subordinada às diretrizes do Banco Mundial e do FMI". Os docentes pedem ao governo que abra negociações sobre a reforma com base da proposta do ANDES para a Universidade Brasileira e do Plano Nacional de Educação, este elaborado pelo Congresso Nacional de Educação. A íntegra da carta esta disponível no site da APUB.

Setor das IFES aprovou proposta salarial alternativa

Depois de ouvir as assembleias gerais das Seções Sindicais, o Setor das Federais do ANDES apresentou uma proposta salarial alternativa ao governo, ainda em junho. A proposta é uma flexibilização à pauta de reivindicações original, que exigia, principalmente, reajuste emergencial de 50,19%, reposição de perdas salariais de 127% e incorporação imediata das gratificações pelo seu valor maior. Conheça a proposta alternativa do ANDES:

- Extinção da GED/GID e criação de gratificação emergencial não-produtivista (desvinculada de avaliação de desempenho), garantida também as aposentados, que respeite os seguintes princípios:
 - paridade entre ativos e aposentados;
 - isonomia entre os docentes do magistério superior e os de primeiro e segundo graus
 - extensão aos professores substitutos.
- Calendário para incorporação das gratificações — GAE e nova gratificação não-produtivista.
- A proposta salarial a ser elaborada deverá atingir uma concessão remuneratória que não pode ser inferior à já apresentada pelo governo para cada classe, nível, titulação e regime de trabalho e deverá ser retroativa a 1º de maio.

2 de Julho

Arte e fotos: Menandro Ramos

A tradição do 2 de Julho inclui o protesto dos movimentos sociais e sindicais, na luta por um país melhor e independente de fato. A APUB esteve lá panfletando junto à população, denunciando a falta de disposição do governo em negociar com os trabalhadores e, em especial, com os docentes das IFES.

